

REFLEXÕES SOBRE AFRONECROTRANSFOBIA: POLÍTICAS DE EXTERMÍNIO NA PERIFERIA

THINKING ABOUT AFRONECROTRANSPHOBIA: EXTERMINATION POLICIES ON THE PERIPHERY

Yordanna Lara Pereira Rego 1

Resumo: Neste artigo é realizada uma problematização da articulação entre racismo e transfobia vivenciados por pessoas negras transexuais e travestis, estabelecendo um diálogo entre Sueli Carneiro e Achille Mbembe, e as transfeministas negras Megg Rayara Gomes de Oliveira e Jaqueline Gomes Jesus. Com objetivo de, a partir de cuidadosas contextualizações, entender a relação entre dar a vida/biopolítica e promover a morte/necropolítica como técnicas de governabilidade das existências trans negras é apresentada uma autoetnografia. Para compreender os entrecruzamentos de tais eixos de discriminações, a proposta metodológica é a interseccionalidade (CRENSHAW, 2002), pois, além de propor ampliação nas possibilidades de diálogos entre diversas áreas do conhecimento, possibilita um debate para além da hierarquização de opressões, buscando captar e analisar as singularidades que se estabelecem em cada experiência. Destaco finalmente a potência destabilizadora das micro-resistências estabelecidas por pessoas negras trans diante dos discursos hegemônicos no estado de Goiás.

Palavras-chave: Racismo. Transfobia. Interseccionalidade. Necropolítica.

Abstract: This article is about the problematic of racism and transphobia living daily by transsexuals black people and transvestite in a dialogue between Sueli Carneiro and Achille Mbembe and black girl transfeminist Megg Rayara de Oliveira and Jaqueline Gomes de Jesus. The main point is carefully understand the relation between life/biopolitics and promote the death/necropolitics as a governmental trans for black womans technique that exists. To understand the intersections of such discrimination topics to the methodological proposal. It is the intersectionality in addition to proposing an increase in the possibilities of dialogues between different areas of knowledge, it allows a debate beyond the hierarchy of oppressions seeking to capture and analyze the singularities that are established in each experience. Don't forget, still, about the matter of highlighting the destabilizing power of micro resistances established by trans black people in the face of hegemonic discourses in Goiás.

Keywords: Racism. Transphobia. Intersectionality. Necropolitic.

Introdução

“Amapoa, a gente morre duas vezes! A gente morre por ser trans e a gente morre por ser preta. E nem o movimento negro se importa com isso, nem o movimento LGBTI. (Notas de campo, 25/01/2019)

“As mulheres negras são o grupo mais próximo da gente. Vocês também sabem o que é ser atravessadas por diversos marcadores de discriminação, sabem o que é ser invisível e preterida” (Notas de campo, 02/02/2019)

“Hoje, eu tenho medo é da polícia. Homens negros da minha idade são alvos. Eu só saio à noite em grupo” (Notas de campo, 30/07/2019)

Meu intuito é de, a partir das minhas vivências e das vivências das pessoas que são minhas interlocutoras, estabelecer um diálogo com as propostas teóricas a respeito do racismo de Sueli Carneiro e de Achille Mbembe e das propostas teóricas a respeito da transfobia, com as transfeministas negras Megg Rayara de Oliveira e Jaqueline Gomes de Jesus. A fim de problematizar a intersecção do racismo e da transfobia nas vidas de pessoas negras trans em Goiás e a responsabilidade do Estado na (re)produção dessas violências, busco problematizar se a ascendência das “identidades trans” no Brasil se liga à continuação ou formas renovadas de descartabilidade, na intenção de gestão e domesticação das diferenças. Entender a relação entre dar a vida/biopolítica e promover a morte/necropolítica enquanto técnicas de governabilidade das existências trans e negras. Concomitante ao debate sobre racismo e transfobia compartilho partes da minha trajetória ao lado de uma pessoa trans e minha trajetória no movimento social de pessoas trans em Goiás, para revelar os vários caminhos que me levam a propor um debate a respeito das identidades trans e questões raciais.

Participo ativamente do movimento de mulheres negras e LGBTI em Goiás há cerca de 10 anos, o que me proporcionou fazer amizades e parcerias, transformando o ato político em afeto e o afeto em ato político. Nesse tempo, busquei simultaneamente me construir como feminista negra, o que me permitiu entender meu lugar na sociedade e também minha responsabilidade com ela. Sou historiadora de formação e hoje faço parte de um grupo ainda muito pequeno de mulheres negras que acessam os programas de pós-graduação no país. As estatísticas denunciam que ainda na graduação, de acordo com o último Censo da Educação Superior de 2017, mulheres pretas são 6% das alunas entre 20 e 24 anos e mulheres brancas na mesma faixa etária são 40%¹. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), concede anualmente bolsas para alunos de graduação e pós-graduação e para pesquisadores de instituições de ensino de todo o país. Em 2017, o grupo com a maior fatia das bolsas do CNPq foi o de mulheres brancas, com 31%. As mulheres pretas foram 3% do total de 93.405 bolsistas contemplados. As mulheres pardas receberam 12% das bolsas e os homens brancos 28%². Por experiência, confirmo o dado, pois na graduação em História que concluí em 2016 na UFG, tive apenas 3 colegas negras que concluíram o curso comigo, a turma flutuava entre 25 e 20 estudantes. E hoje, como mestrande na Antropologia Social da UFG, conto apenas com 1 colega negra, em uma turma de cerca de 15 discentes. Em nenhuma dessas situações minhas colegas eram pessoas negras trans. O que quero explicitar é que mesmo diante das várias adversidades impostas a mim devido ao racismo e ao machismo institucionalizados, o meu lugar é de

1 http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/dados-do-censo-da-educacao-superior-as-universidades-brasileiras-representam-8-da-rede-mas-concentram-53-das-matriculas/21206

2 http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2018/censo_da_educacao_superior_2017-notas_estatisticas2.pdf

privilégio diante das inúmeras negritudes ainda impedidas de acessarem a universidade pública. O que entendo como uma oportunidade e responsabilidade de romper com silenciamentos impostos a nós, me aliando a um potente e polifônico coro negro de resistência que vem ecoando cada vez mais alto no Brasil, dentro e fora das universidades. Sempre me atentando para impossibilidade absoluta, uma vez que, mesmo me propondo à constante transformação, sou forjada por essa “racionalidade” transfóbica e racista que nos organiza socioculturalmente.

A escrita é uma ferramenta de poder, que possui um uso para além do simbólico. Nesse sentido e por ter acesso ao espaço acadêmico e poder fazer uso metodológico da autoetnografia, para além do diálogo teórico e da análise de documentos, vou buscar articular em pesquisa afeto, teoria e política. A autoetnografia me proporciona a oportunidade de, a partir da minha vivência enquanto mulher, negra, ativista e acadêmica, lançar lentes analíticas que escapam ao discurso hegemônico, preservando os laços relacionais estabelecidos com minhas interlocutoras, valorizando suas narrativas, suas experiências, seus papéis políticos frente às questões em debate, destacando suas influências nas escolhas e direcionamentos em relação aos rumos da pesquisa. Enfatizo que não se trata de uma relação com um objeto de estudo e nem com informantes especializadas(os), muitas vezes os únicos lugares reservados para pessoas negras e trans na academia.

a autoetnografia se mostra como uma abordagem que reconhece e envolve a subjetividade, a emotividade e a perspectiva do pesquisador sobre a investigação. Além disso, ela ajuda a ampliar o entendimento das principais questões investigadas (questão racial e estudos de gênero, por exemplo), evitando as definições rígidas, e tornando, dessa forma, a pesquisa mais significativa (pensando no fator analítico/ interpretativo e na dimensão *insider* do pesquisador em relação ao tema e campo de investigação) e útil (a partir do fator transformativo quando observamos o aspecto político e cultural). (SANTOS, 2017, p. 214).

Por uma autoetnografia

Durante o tempo de inserção nos movimentos negros e LGBTI em Goiás, vivenciei um casamento, que durou 10 anos, com uma pessoa trans, onde participei de todo seu processo de transexualização. Com Renato Cordeiro³, um homem trans, vivenciei vários momentos de transfobia, o que me levou a questionar o papel e o lugar das identidades de gênero nas nossas vidas, inclusive politicamente, e estudar a respeito da temática. Algo que me marca de forma contundente é o desrespeito ao seu nome social, principalmente quando íamos resolver questões burocráticas e as possibilidades de ataques de violência física ao circularmos por certos espaços públicos. Em 2014, participei das articulações para ser implementado o uso do nome social na UFG, que foi aprovado por unanimidade pelo Conselho Universitário (CONSUNI) em junho deste mesmo ano⁴. Renato Cordeiro, naquele momento aluno do curso de História, foi o primeiro solicitante. De acordo com a Diretoria de Gestão Técnica de Graduação - DGT-UFG e da Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD-UFG, no período de 2014 a 2018, 38 estudantes de graduação solicitaram nome social, sendo 18 de pessoas civilmente identificadas no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) como do sexo feminino e 19 do sexo masculino, sendo que 29 estão com matrícula aberta em agosto de 2019.

Em 2015, outra grande vitória na luta do movimento trans por acesso à educação foi o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, que passou a prever em seu edital a possibilidade de utilização do nome social para os estudantes trans/travesti. Mesmo diante de resoluções e portarias, no cotidiano as mudanças foram sensíveis, tanto dentro da universidade, quanto fora dela. É urgente

3 Renato Cordeiro faleceu em 18/07/2017, devido a complicações pós-operatórias após cirurgia de mastectomia.

4 <https://www.ufg.br/n/71243-ufg-recebe-primeiros-pedidos-de-estudantes-para-uso-de-nome-social>

que seja viabilizado um processo educativo dentro e fora de instituições de ensino a respeito das diversas identidades de gênero e orientações sexuais para que tenhamos mudanças realmente efetivas. A transfobia, assim como o racismo, é estrutural e estruturante, sendo necessário esmiuçar processos socioculturais que (re)produzem subordinação e marginalização dos corpos negros e trans como fato intransponível.

Sueli Carneiro (2005), Jaqueline Gomes de Jesus (2014) e Megg Rayara de Oliveira (2017) destacam a Educação como ferramenta central e basilar para este processo. Destacam a exemplo do contexto escolar, que a noção de cidadania apresentada no processo de escolarização tem relação direta com processos de humanização/desumanização. Como concorda a transfeminista negra Maria Clara Araújo (2018), ao dizer que “Se nós fomos desumanizadas, isso se deu pelas mesmas instituições que “formam” o cidadão, por compreender que a desumanização é resultado de uma ordem oriunda dessas mesmas relações de poder e dominação.”⁵

Em uma vez, em específico, no ano de 2016, na sala de espera para uma consulta oftalmológica em uma clínica conceituada de Goiânia situada em bairro nobre, mais uma vez o nome social dele não foi respeitado e eu prontamente atendi como se fosse ele. Ao me aproximar, a atendente disse que eu não me parecia com a foto do prontuário médico, tentei de forma discreta explicar que realmente não era eu, mas que ela tinha chamado o nome errado e pedi que chamasse o nome social e ela se negou novamente. Restava-me a cartada da lei, já que o bom senso não operou, então peguei o celular e mostrei a ela que existia uma portaria⁶ que obrigava a respeitar o nome social dele. Visualizou e me respondeu rispidamente que falaria o nome, mas que essas aberrações não tinham que estar por ali, ali não era lugar daquele tipo de gente. Fizemos a consulta e saímos arrasados, com a promessa de nunca mais pisar naquele local. No trajeto de volta para casa, minha cabeça tentava entender o acontecido. Pensei sobre o que Mbembe (2017) nomeou de “alterocídio”, que consiste em “construir o outro não como análogo a si, mas como objeto intrinsecamente ameaçador, hostil, do qual é preciso proteger-se ou destruir”. E em como esse processo “inverso” de identificação desencadeia um processo de desumanização das pessoas. Atordoou-me ver que em poucos instantes, naquela sala, por não estar de acordo com a heteronormatividade, Renato deixou de ser uma pessoa/paciente qualquer e se tornar “uma aberração” que não deveria estar ali. Renato me explicou que não ter seu nome respeitado lhe gerava intenso sofrimento, que era mais uma das formas de desqualificar sua identidade, de dizer que ele não existia. Isso aconteceu muitas outras vezes, mas daquele momento em diante, estabelecemos uma estratégia de resistência, levávamos sempre as portarias publicadas a respeito do nome social impressas e eu falava previamente com as pessoas encarregadas da recepção.

Circular na cidade também não era algo simples. Sou goiana e vivi minha vida toda em Goiânia, conheço bem a cidade e o estado, seu passado colonial e coronelista, hoje marcado pela lógica neoliberal, patriarcal racista e que nos últimos 20 anos experimenta uma crescente onda neopentecostal. É uma lógica estrutural e estruturante de uma sociedade que nasce a partir da exploração colonialista e ainda carrega em todas as suas relações e instituições sociais marcas da violência, repressão, usurpação e extermínio daquele período da nossa história. Opressões que não ocorrem no plano abstrato, mas circunscrevem os corpos subalternizados (BORGES, 2017).

Ouvíamos de desconhecidos muitas frases violentas, assim como olhares e risadas de deboche na rua, ataques de pessoas que se diziam religiosas e enfrentamos piadas depreciativas vindas de familiares. Tudo aquilo era novo para o Renato. Ele era branco, de olhos azuis, bacharel em Direito, filho de família de classe média de Goiânia, habitava antes da transição um *locus* social que o imunizava de muitas violências. Para mim não era tanto. Desde muito cedo, tive que aprender a lidar com discriminações sendo uma mulher negra. O que era novo era a forma com que acontecia e a forma como eu problematizava isso. Várias vezes pensei: “E se fosse eu?” e “Qual à minha responsabilidade nisso?”

Neste período, estava cursando a graduação em História e tive a oportunidade de ser estagiária bolsista na Coordenadoria de Ações Afirmativas, CAAF, da UFG. O estágio durou pouco mais de 1 ano e me colocou em contato mais direto com as populações negras e LGBTI dentro

5 <https://usinadevalores.org.br/a-transfobia-e-uma-problematICA-brasileira/>

6 Neste link pode ser encontrado um lista das portarias a respeito do uso do nome social em Goiás. <http://www.mpgp.mp.br/portal/conteudo/nome-social#.XUDm2OhKhpk>

da universidade. Isso possibilitou uma resistência mais pontual, viabilizou a criação do Coletivo TransAção/UFG - Coletivo de Mulheres e Homens Transexuais, Pessoas Travestis e Transgêneras, Familiares e Apoiadores da Causa Trans e Pesquisadores na UFG, do qual sou cofundadora ao lado de Ester Sales e no qual sigo atuando. A partir do coletivo, participei das articulações para implementação do uso do Nome Social na Universidade, que foi aprovado por unanimidade pelo Conselho Universitário (CONSUNI). Renato foi o primeiro solicitante. Participei também de articulações para reabertura do projeto transexualizador⁷ do Hospital das Clínicas de Goiás, que aconteceu concomitante as articulações para criação de um ambulatório transexualizador dentro do posto de saúde do Campus Samambaia da UFG, em seguida na sua extensão para o Hospital Geral de Goiânia.

Naquele momento já havíamos nos organizado para colocar em debate na Universidade a possibilidade de implementação de disciplinas relacionadas às questões de gênero, sexualidade e questões étnico-raciais nos currículos dos cursos de graduação. Em parceria com diversos núcleos, docentes e gestoras/es, foram ofertadas a partir do segundo semestre de 2017 mais de 900 vagas em 19 disciplinas relacionadas aos temas de gênero, sexualidade e relações étnico-raciais no quadro de disciplinas da universidade. Além de buscarmos que certos discursos e saberes sejam debatidos dentro da universidade, precisamos que os corpos ocupem esses lugares. O racismo epistêmico (CARNEIRO, 2005) e a transfobias epistêmicas⁸ legitimaram os discursos nos trouxeram até este contexto de mortes simbólicas e reais, à falta de representatividade e de lugar de fala (RIBEIRO, 2017).

Nos 2 anos seguintes, buscamos levar por toda universidade o debate a respeito das identidades trans, diversidade sexual e questões étnico-raciais através de mesas redondas, rodas de conversas e campanhas em parceria com o Projeto de Extensão TransUFG e em parceria com o Ser-Tão, Núcleo de Ensino, Extensão e Pesquisa em Gênero e Sexualidade. Colaborei com a liga da sexualidade humana do curso de medicina/ LASEX, desenvolvendo um debate a respeito de relações de gênero, sexualidade e relações étnico-raciais, atuei em mutirões de retificação de nome civil, colaborei com Prepara Trans, cursinho preparatório para o Enem para pessoas LGBTI, proposto por um grupo de estudantes de graduação e pós-graduação de diversas áreas. Colaborei em diversas outras atividades em parceria com movimento trans de Goiás e em reconhecimento à produtiva e afetuosa aliança, em 2017, durante o DIGO - Festival Internacional da Diversidade Sexual e de Gênero de Goiás, a comunidade trans de Goiás me conferiu o título de trans aliada. Nas palavras de Jaqueline Gomes de Jesus, em entrevista ao site Nlucon, publicada no dia 16 agosto de 2017,⁹

É estratégico que pessoas cis aliadas falem sobre pessoas trans. As aliadas não apenas falam sobre, elas falam positivamente sobre as pessoas trans (demonstrando o básico: pessoas trans são humanas, mulheres trans são mulheres e homens trans são homens), e são ouvidas pelas pessoas cis que ainda não questionaram sua própria transfobia. Por identificação. A pessoa cis vai ser ouvida. A pessoa trans, tipicamente vista com menosprezo, não é ouvida. Por isso as pessoas cis aliadas podem e devem fazer muito. Mas que não percam o horizonte de fazer referências, que indiquem, e que empoderem as pessoas trans nas suas falas. (JESUS, 2017).

Eu me afirmo como sujeito através da contextualização sócio-histórica da minha

7 Os projetos transexualizadores podem ser entendidos como “um conjunto de estratégias de atenção à saúde implicadas no processo de transformação dos caracteres sexuais pelos quais passam indivíduos transexuais em determinado momento de suas vidas” (LIONÇO, 2009, p. 44).

8 Em analogia ao conceito de racismo epistêmico cunhado por Sueli Carneiro, por entender a transfobia como estrutural e estruturante da nossa sociedade como o racismo, proponho a expressão.

9 <https://nlucon.com/2017/08/16/jaqueline-gomes-de-jesus-fala-sobre-ativismo-intelectual-literatura-transfeminismo-e-femicidio-trans/>

narrativa, que é dotada de subjetividade singular e que, de forma complexa, estabelece relações com os outros e com meu entorno, constitui relações culturais de pertencimento que se afirmam como identidade (HALL, 1999, p 39). Então, falo do lugar de feminista negra, cisgênero¹⁰, aliada do movimento trans. Vilma Piedade (2017) afirma que “saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas expectativas, submetida a exigências absurdas além de ser constrangida com expectativas alienadas e alienantes”. Neusa Santos (1983) afirma que “é vital apoderar-se do conhecimento, desvendar a resposta e assim destruir o inimigo para seguir livre”. Ainda que, caiba a pessoas negras e não negras esta tarefa, cabe fundamentalmente a pessoa negra ser a vanguarda desta luta “assumindo o lugar de sujeito ativo, lugar de onde se conquista uma real libertação”. Em acordo com Beatriz Nascimento, afirmo que nenhum sujeito é seu próprio ponto de partida; e a fantasia de que o seja só pode desconhecer suas relações constitutivas refundindo-as como o domínio de uma externalidade contrabalançadora”, por isso afirmo categoricamente, com as palavras de Jurema Werneck (2006), que nossos passos vêm de longe¹¹ e que a História não é única, como prova a feminista negra nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie. Beatriz Nascimento (1989) burila o termo *Ori*, como relação entre intelecto e memória, entre cabeça e corpo, entre pessoa e terra, correlação adequada para se interpretar numa única visada restauradora a desumanização do indivíduo negro e suas possibilidades de reconstrução de si, como parte de uma coletividade (RATTS, 2007, p.63). Sendo assim, me *oriento* pela valorização dos “saberes localizados”, pela “ciência engajada” (HARAWAY, 1995), pelos “fundamentos contingentes” (BUTLER, 1998), e pelas “redes de afroafeto” (QUINTILIANO, 2019), num “giro decolonial” (TORRES, 2007) que significa o movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico, à lógica da modernidade/colonialidade, aquela que compatibilizou o progresso de poucos com graus indescritíveis de violência e miséria.

Aprovada no mestrado em Antropologia Social da UFG, iniciei as atividades do ano de 2018 mediando o debate “Direitos trans em torno do nome social: possibilidades na retificação do registro civil a partir da decisão positiva do STF”. A atividade buscou abordar as possíveis repercussões da decisão favorável do STF quanto à retificação de nome civil de pessoas trans, proporcionando uma ocasião em que palestrantes e público puderam avaliar criticamente as diversas implicações políticas e sociais da alteração jurídica em questão. O Supremo Tribunal Federal (STF) assegurou, em março de 2018, o direito de pessoas trans de mudar o nome e o sexo no registro civil sem necessidade de realizar cirurgia de redesignação sexual e processo judicial. Tal decisão foi devidamente regulamentada pelo provimento 73/2018, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que regularizou o procedimento para todo o Brasil. Porém, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) passou a receber reclamações e denúncias de que o provimento do CNJ, inclusive em Goiás, não vem sendo respeitado. De acordo com a ONG, poucos cartórios realmente entenderam a importância de um processo de retificação de registros civis desburocratizado, por autodeterminação e de forma direta. Cartórios estariam recusando o cumprimento da decisão

10 Ao definir a cisgeneridade como as identidades ou expressões de gênero legitimadas pelas normas cisgêneras dominantes, pretendo contribuir para esta equiparação e descolonização. Utilizar o conceito de cisgeneridade tem o objetivo de desautorizar discursos e práticas que naturalizem a norma cisgênera, compreendendo as individualidades transgêneras e não-cisgêneras, portanto, como posições marginais e de resistência à dominação colonial cisgênera. Nos afastemos, assim, da construção de um saber sobre as transgeneridades e não-cisgeneridades que seja amigável, respeitável e corroborado pelas ‘instituições cisgêneras’. É definido um horizonte de possibilidades que as tenham como posição privilegiada a partir da qual se podem compreender criticamente os sistemas de poder em relação a gênero (VERGUEIRO, 2012, p. 5).

11 Frase que se tornou lema e que ganhou visibilidade na escrita e na voz de Jurema Werneck. Este lema nos remete sempre a lembrar do nosso ponto de partida que é a ancestralidade de mulheres negras líderes e protagonistas das diversas lutas do povo negro.

<https://www.geledes.org.br/mulheres-negras-em-marcha-esses-passos-vem-de-longe/>

do STF, elegendo a não regulamentação em formato de provimento para os cartórios pelo CNJ como motivo para o descumprimento. Diante disso, a ANTRA, em parceria com o Instituto PRIOS de Políticas Públicas e Direitos Humanos, lançaram, em 29 de abril de 2018, o projeto “Eu Existo!” e a hashtag #meunomeimporta, que passou a ser viralizada em redes sociais. De acordo com a coordenação da ONG, a finalidade da campanha é expor as dificuldades que travestis e transexuais estão enfrentando para ter seu direito efetivado. A campanha é um exemplo de mobilização política para fazer valer da melhor forma possível o que foi decidido no Supremo e mostrar a importância de uma regulamentação que não impeça o exercício de um direito supostamente já garantido. Devido a importância da decisão do STF, escolho o tema como objeto da minha pesquisa.

Em 2018, acontece também minha aproximação com o Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros - FONATRANS. O fórum é um dispositivo legítimo e reconhecido nacionalmente pelo Movimento Social Político Organizado LGBTI, e prima prioritariamente pela cidadania plena e a luta contra o racismo, preconceito e discriminação sofridos por esta população, motivados exclusivamente por sua identidade de gênero, raça e cor. Nosso primeiro contato direto aconteceu no SimpositHIVO, Simpósio de Mulheres Negras e Redes da Região Centro Oeste, “Um diálogo sobre saúde e prevenção, gênero, raça e direitos humanos”, em comemoração à data de luta e resistência da liderança histórica e guerreira, de Zumbi dos Palmares, denominada de Consciência Negra. O evento ocorreu em Campo Grande / Mato Grosso, no Hotel Vale Verde, nos dias 20 a 28 de novembro de 2018. Nele, se instituiu como problema a ser debatido e compartilhado, com e para mulheres cisgêneros e transgêneros negras, da região Centro-Oeste, a chamada Prevenção Combinada, como estratégia de ação frente à resposta brasileira à epidemia do HIV/Aids. Foi o primeiro evento do movimento de mulheres negras que participei que contava com a participação direta de mulheres negras trans e travestis, marca profundamente os rumos da minha pesquisa e me desperta para ausências dessas negritudes nos movimentos negros e LGBTI em Goiás.

Perspectivas transfeministas negras

Megg Rayara Gomes de Oliveira nos alerta para essa realidade em um artigo publicado em dezembro de 2018, na Revista Sur, Revista Internacional de Direitos Humanos, titulado “Por que você não me abraça?”, em que busca problematizar a partir do conceito cunhado por feministas negras, interseccionalidade, o processo de invisibilização de travestis e/ou mulheres transexuais no movimento social de negras e negros no Brasil. Megg investiga por que o Movimento Social de Negras e Negros continua ignorando de forma sistemática a situação de exclusão e violência que incide sobre as existências de travestis, mulheres, homens transexuais, pessoas negras. A negritude no Brasil se constituiu a partir da cis heterossexualidade, ignorando outras possibilidades de expressão da negritude.

Sexualidades consideradas desviantes, como a homossexualidade, a travestilidade e a transexualidade, seriam uma forma de traição da raça. Nessa lógica, o Movimento Social de Negras e Negros estaria a serviço da normatização e normalização da cis heterossexualidade, o que em certa medida, justificaria a invisibilização de travestis e mulheres transexuais no seu interior. (OLIVEIRA, 2018, p. 168).

Jaqueline Gomes de Jesus, em entrevista ao site Nlucon, em 2017, onde fala sobre ativismo intelectual, literatura, transfeminismo e feminicídio trans¹², afirma que “o grande desafio dos movimentos sociais aprender a lidar, na prática, com a interseccionalidade”. Assim, afirma que é necessário

Entender que nós somos mulheres trans, negras, de um determinado contexto social, com determinados aspectos físicos, com a necessidade de lidar com algumas realidades. Então, quando a gente fala sobre movimentos de mulheres, é

12<https://nlucon.com/2017/08/16/jaqueline-gomes-de-jesus-fala-sobre-ativismo-intelectual-literatura-transfeminismo-e-femicidio-trans/>

importante que a gente lembre que há mulheres cis, mulheres trans, mulheres brancas, mulheres negras, indígenas, lésbicas, bissexuais, gordas, de periferia entender a interseccionalidade. Quando os novos movimentos sociais surgiram, de base identitária, ainda não tinham essa perspectiva. (JESUS, 2017)

As reflexões aqui apresentadas partem de leituras de autoras negras trans, pela observação participante em eventos dos movimentos sociais negros e LGBTI e, principalmente, pela fala de pessoas negras trans. Na produção de dados questiono sobre a importância de uma pesquisa sobre o processo de retificação de nome civil para pessoa individualmente e sobre a importância que ela acredita ter para a população como um todo. Em fevereiro de 2019, em conversa com Raquel Eshely Rodrigues, mulher negra e trans, coordenadora estadual do Fonatrans, entendi que

O processo de retificação é muito importante sim, mas neste momento, o mais importante é você fazer uma pesquisa que ajude as pessoas entenderem que o racismo e a transfobia que vivemos é diferente. O racismo que pessoas negras cisgêneras vivenciam é um, a transfobia que pessoas brancas trans vivenciam é uma. A gente passa por um tipo de coisa que vou chamar de “transfobia racista” e as pessoas precisam falar sobre isso. (RODRIGUES, 2019).

De várias outras formas, outras interlocutoras apresentaram respostas análogas à de Raquel, o que me leva a deslocar o lugar do itinerário de retificação de nome civil, mais especificamente o processo de judicialização do acesso a retificação de nome civil, na pesquisa. A partir daqui, ele passa a ser o recorte do Estado, por via de análise documental eu buscarei lançar lentes na intenção de problematizar as políticas/discursos reguladores e suas intenções/consequências no cotidiano de pessoas negras trans. Trabalharei neste artigo com material produzido a partir de 3 conversas com minhas interlocutoras.

Durante o Simpositivo, fiquei hospedada no Hotel Vale Verde e dividi durante todo evento o quarto com uma travesti negra. Em respeito ao seu pedido de sigilo, usarei um nome fictício para me referir a ela. Luísa e eu conversamos muito e a respeito de várias coisas. Ela é goiana, nascida no interior e criada na capital, tem 32 anos e é prostituta. Explicou-me que discriminação racial e transfóbica ainda inviabiliza seu sonho de estudar e construir uma carreira como professora. E me faz refletir que a transgressão da norma de gênero é apresentada como uma falha individual e que pode ser punida em razão de seu caráter desviante (tachado de loucura, doença, perversão, maldade, capricho, pecado etc.) através da violência e, nesse sentido, esta é visibilizada. Nesse regime, as discriminações e exclusão social que acompanham a estigmatização da vivência trans (como a expulsão do seio familiar ou do ambiente escolar, a negação do nome social, os xingamentos e ridicularização da imagem da pessoa trans em locais públicos, como a rua) são também caracterizadas como violência, porém invisibilizadas (e naturalizadas) para o funcionamento da norma de gênero no nível da transfobia. De acordo com a Jaqueline Gomes de Jesus (2013), trata-se de um conjunto de crenças e comportamentos agressivos contra indivíduos que infringem as expectativas do que Butler (2003) chama de “matriz de inteligibilidade de gênero”. Ela explica que a matriz institui como natural e necessária a relação retilínea entre sexo, gênero e desejo sexual: pênis homem-hetero; vagina-mulher-hetero. Nesse contexto, “pessoas trans ainda não são vistas como seres humanos, mas como seres abjetos, porque não são inteligíveis para os padrões hegemônicos de gênero (fundamentados no binarismo) e até mesmo de sexualidade” (JESUS, 2013, p. 105).

Lélia Gonzalez (1984) define o racismo como uma construção social e ideológica, elaborado no Ocidente, a partir do século XIX, que sustentava a inferioridade de povos não brancos, moldava e criava hierarquias entre valores sociais, culturais e políticos. Na América Latina, segundo a autora, desenvolveu-se uma fragmentação entre os grupos racialmente subordinados, havendo, inclusive, um contínuo hierárquico de cores que aproximaria os de “pele mais clara” ao poder. Durante todas as manhãs durante o evento, eu e Luísa tomamos café juntas nas dependências do hotel que estávamos hospedadas e no segundo dia outra mulher trans negra se juntou a nós.

Também vou modificar seu nome, pois ela também me pediu sigilo da sua identidade. Bruna é maranhense, tem 26 anos, vive em Aparecida de Goiânia, cidade ligada a capital há 8 anos desde que foi expulsa de casa e conseguiu apoio em um amigo que mora no município. Bruna tem formação em estética capilar e me explica que também não consegue exercer a profissão e entende que devido ao racismo. Narrou-me um acontecimento onde um homem, gay, branco, proprietário de um salão de beleza na capital abriu vaga para contratar uma profissional e que ela se candidatou. Enviou currículo por e-mail e recebeu resposta que tinha sido selecionada para entrevista. No dia marcado, disse-me que acordou radiante de felicidade com a possibilidade de conseguir o emprego e poder deixar de se prostituir nas ruas da capital. Nas suas palavras, “ter dignidade”. Se arrumou com esmero, algo que disse fazer desde sempre, pois ouvia da mãe quando adolescente que devia se arrumar toda vez que fosse sair de casa, “preto maltrapilho é mendigo” e se deslocou de transporte coletivo para o salão. Foi dispensada assim que se apresentou, não participando do processo seletivo com as outras candidatas e, antes da dispensa, ouviu que sua formação era muito boa, mas que não preenchia os requisitos do cargo. Foi embora desolada e uma semana mais tarde ficou sabendo por amigas que outra mulher trans tinha sido contratada e que essa não tinha nem de perto a formação que ela tem, mas era na concepção do dono “mais bonita e simpática” e atrairia mais clientes. Ela disse que já estava acostumada com aquele discurso e que para ela significava que a contratada era branca, de cabelos loiros e não tinha nascido na periferia. Com a voz embargada, Bruna encerra sua narrativa dizendo “Eu sou uma mulher trans, não escolhi isso. Escolhi ser feliz, mas ainda falta muito, sabe?! E o racismo piora tudo. Você entende do que eu estou falando, você também é negra, amapoa”. Um silêncio doloroso pairou entre nós durante um tempo. De alguma maneira, eu e Luísa entendemos aquele sentimento da Bruna. Jaqueline Gomes de Jesus, ainda na mesma entrevista citada acima, afirma que ser uma mulher transexual e negra no Brasil

Representa enfrentar transfobia, misoginia e racismo. Também exotificação, assédio e objetificação. A mulher trans negra é mais invisibilizada, pois quando a gente fala sobre a mulher trans, sobretudo nos meios de comunicação, você só vai ver a mulher branca. Inclusive no trabalho sexual: qual é a mais bem paga? É a branca. A negra está excluída. Nós somos um país estruturalmente racista e isso se evidencia mesmo dentro de um contexto de pessoas cis que convivem com pessoas trans, que trabalham com pessoas trans. O racismo que constitui a cultura brasileira é velado, não é verbalizado. A minha produção intelectual, por exemplo, é muito menos visibilizada e divulgada do que o eu acredito que poderia ser, pelo fato de eu ser uma mulher trans e negra. (JESUS, 2017).

Existe um paradoxo dicotômico na contemporaneidade entre vidas valiosas *versus* vidas descartáveis. É recorrente no pensamento de Butler o tensionamento dos sentidos que o Ocidente imputa à humanidade. Na obra “Quadros de Guerra”, a autora busca trabalhar a teoria inicialmente proposta por Erving Goffman do enquadramento. Esse conceito nos transmite a ideia de “quadros”, no sentido de que podemos ser emoldurados, restringindo e ao mesmo tempo configurando nosso olhar. A capacidade epistemológica de apreender uma vida é parcialmente dependente de que essa vida seja produzida de acordo com normas que a caracterizam como vida, ou, como parte da vida. Nesse sentido, depreendemos que existe um enquadramento seletivo e diferenciado da violência. Nas guerras contemporâneas, nem todas as “vidas são qualificadas como vidas, de acordo com certos enquadramentos epistemológicos”. (BUTLER, 2018, p. 16)

A partir da minha participação no evento referido, fica evidente que a cumplicidade da resistência e da dor diante do racismo me aproximou das minhas interlocutoras e interlocutores. O fato também de ser declaradamente uma feminista negra, ativista e militante dos movimentos de mulheres negras, negro e LGBTI foi importante facilitador para que eu pudesse circular nos espaços com bastante liberdade e acolhida. Essa não é uma realidade enfrentada por pesquisadoras negras em campo. Ali busquei exercitar a escuta, tanto das narrativas de trajetórias de vida apresentadas por mulheres negras, cis e trans, de todo o país, em rodas de conversas, quanto dos discursos

teóricos defendidos e criticados nas mesas de debates que foram propostos na programação. Ao final, o evento reforçou em mim o entendimento que ocupamos um *locus* social muito próximo, compartilhamos experiências correlatas em muitas instâncias nas relações de poder. Nossas encruzilhadas se aproximam, vivenciamos ali o que Vilma Piedade (2017) traduz em seu conceito de “dororidade”. Piedade tensiona a ideia de sororidade, palavra derivada do termo em latim “sóror”, que significa irmã. De acordo com sua proposta, a sororidade que significa uma relação de solidariedade, cumplicidade e cuidado entre mulheres, “é um conceito muito antigo e importante para o feminismo, mas parece não dar conta da nossa pretitude”. Existe dor que somente as mulheres negras reconhecem, por isso a sororidade não alcança toda a experiência vivida por nós, não dá conta das vicissitudes das mulheres negras em seu existir histórico. O convívio nas dependências do hotel e redondezas e nos aeroportos, pude observar e sentir como nossa sociedade segue marcada, atravessada e afetada pelo colonialismo e não consegue absorver de modo natural a presença dos corpos negros cis e trans fora dos lugares cultural e historicamente destinados para nós: os serviços domésticos, os braçais, a prostituição e as cadeias.

Em entrevista com uma mulher negra trans, que vou chamar de Morgana a pedido dela, que é tocantinense, tem 28 anos, vive no interior de Goiás, na cidade de Itumbiara e é vendedora em loja de departamentos, fizemos um passeio por blogs, páginas e sites de outras pessoas negras trans e travestis. Nossa conversa aconteceu aqui em Goiânia, na minha casa, local escolhido por ela, em março de 2019. Essa conversa tem um formato diferente das outras. Logo de início, ela me pediu para não gravar e me explicou que estava fazendo terapia, que estava tratando a depressão, por isso ela iria falar de si através de outras mulheres negras trans que ela admirava e se inspirava, pois não estava pronta para falar abertamente a respeito da sua história de vida. Uma outra intenção dela ao me mostrar tudo aquilo era evidenciar que ali, naquela cidade, ela era minoria, conhecia apenas mais 1 homem trans e 2 mulheres trans que não eram negras, mas que pelo país afora já eram muitas. Eu respeitei e acatei o pedido, realizando anotações breves que somente após nossa despedida transformei em texto no caderno de campo.

Trago essa conversa na intenção de deixar evidente a importância da representatividade na construção da identidade e nas produções de resistências de pessoas negras e trans. Morgana, muito desenvolta com a internet, fica no comando do computador e a primeira página que abre é a da Usina de Valores. Eu conhecia o site, mas não havia lido o artigo que ela selecionou, qual seja: “Afrotransfeminismo: travestilizando o movimento negro e racializando o transfeminismo”¹³, escrito por Ana Clara Araújo, afrotransfeminista, graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco, pesquisadora em pedagogias decoloniais/decolonialidade, idealizadora do projeto “Pedagogia da Travestilidade” e colaboradora das *blogueirasnegras.org* e do site *transfeminismo.com*. Ao lermos o artigo juntas, nos lembramos de Sueli Carneiro (2003) que afirma que as mulheres negras tiveram que “enegrecer” a agenda do movimento feminista e “sexualizar” a do movimento negro. Promovendo uma diversificação das concepções e práticas políticas em uma dupla perspectiva, tanto afirmando novos sujeitos políticos quanto exigindo reconhecimento das diferenças e desigualdades entre esses novos sujeitos. Assim como sinalizam que estão fazendo as afrotransfeministas a partir de seus lugares.

O pequeno artigo traz entrevistas de outras duas mulheres negras trans: Erika Hilton, afrotransfeminista e putativista, graduanda em Gerontologia pela Universidade Federal de São Carlos. Idealizadora e coordenadora do cursinho pré-vestibular da USP para pessoas trans e foi eleita deputada estadual, em um mandato coletivo, pela Bancada Ativista, em São Paulo; e, Giovanna Heliodoro, afrotransfeminista, graduanda do curso de História pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, artista independente, pesquisadora de gênero, articuladora política e social. Integrante do Coletivo de Mulheres Negras Abayomi Entre Nós, o MONART (Movimento Nacional de Artistas Trans) e é protagonista do Canal Trans Preta no Youtube. O questionamento que Ana Clara Araújo partilha é sobre como suas entrevistadas enxergavam a importância de ter uma análise interseccional sobre raça e gênero, por entender que ambas se entrelaçam e fazem com que trajetórias trans/travestis, muitas vezes, se dêem por caminhos mais tortuosos quando se tratam também de corpos racializados. Hilton pontua a importância da análise interseccional sobre raça

13 <https://usina.devalores.org.br/afrotransfeminismo-travestilizando-o-movimento-negro-e-o-transfeminismo/>

e gênero, porque ampliamos olhares para as inúmeras questões que envolvem mulheres negras, homens negros, juventudes negras. Hilton se baseia em Angela Davis para afirmar que gênero, raça e classe não andam desacompanhados. Ou seja, andam juntos nas construções de uma sociedade capitalista e hegemônica que mantém seus privilégios e os seus desprivilegiados. Por isso, na sua visão, discutir em um único viés não modifica, mas estagna nossas lutas. Heliodoro, ao responder, é enfática ao afirmar que se reconheceu como transexual e percebeu que era um corpo, e por boa parte das vezes, por ser um corpo negro, carregar a marginalização e assumir esse lugar de corpo estranho perante a sociedade, ficou pensando no quanto somos números. E do quanto isso torna ainda mais difícil esse processo de humanização que tanto buscamos: a naturalização dos nossos corpos.

É exatamente para tentar compreender as possibilidades de agência de sujeitos constitutivamente marcados por atributos identitários diversos, que se articulam mais além da mera justa/super/sobreposição de opressões ou eixos subalternizantes, que a Dra. Megg Rayara Gomes de Oliveira propõem a utilização do conceito de interseccionalidade tal como formulado pela jurista negra Kimberlé Crenshaw, Patrícia Hill Collins e Lélia Gonzalez e recentemente revistado por Carla Akotirene. Megg Rayara afirma que a interseccionalidade possibilita o revezamento entre diversas áreas do conhecimento, por exemplo, os estudos das relações étnico-raciais, culturais, de gênero e diversidade sexual, as teorias pós-estruturalistas e pós-coloniais.

Morgana vai abrindo páginas paralelas com conteúdos que corroboram com o que estava sendo dito no artigo que estávamos lendo. Visitamos várias páginas com notícias de transfobia e racismo. Ela se demorou mais quando visitamos a página da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), indo direto em um artigo que apresentava estatísticas gerais a respeito da vida de pessoas trans, quando me perguntou: você sabia que travestis e mulheres e homens transexuais costumam ser expulsas de casa aos 13 anos de idade? Eu respondi que infelizmente eu sabia e ela se pôs a ler um quadro do Mapa dos Assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2018. O quadro demonstrava que no sistema educacional, as disparidades estão presentes. Apenas 0,02% do grupo está nas universidades, 72% não possuem o ensino médio e 56% não têm o ensino fundamental completo, segundo dados do Projeto Além do Arco-Íris/AfroReggae¹⁴. Dados da ANTRA apontam que 90% das pessoas trans estão inseridas no mercado de trabalho por meio da prostituição. Não à toa, 65% das pessoas trans assassinadas eram profissionais do sexo e 60% foram executadas nas ruas¹⁵. A ANTRA, em parceria com o Observatório da Saúde LGBT e com o Núcleo de Estudos em Saúde Pública do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares - Ceam/UnB (NESP/CEAM/UnB), realizaram o lançamento do Mapa dos Assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2018. O levantamento revela que só no ano de 2018, 163 pessoas trans foram assassinadas, 82% dessas pessoas eram negras. Logo em seguida, por dica de uma legenda do quadro citado, ela busca no Atlas da Violência 2019, produzido pelo Instituto de Pesquisa Economia Aplicada (Ipea) juntamente com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, no qual se verificou a alarmante divisão racial da violência no Brasil. A violência tem cor, e de acordo com os dados, 75,5% das vítimas de homicídio no país são negras.

Ficamos em silêncio durante um tempo abaladas pela leitura. Morgana começou a abrir outras abas na tela do computador e me pediu para encerrarmos ali nossa conversa. Disse que me disse tudo que precisava e me perguntou se eu tinha entendido. Não esperou minha resposta e falou que o que eu tinha que entender era que pessoas negras trans estavam sendo violentadas em todos os direitos e mortas, mas que nem o movimento negro, nem o movimento LGBTI, muito menos o governo se importavam com isso. Terminou dizendo que se eu tinha espaço para falar sobre isso que eu falasse bem alto, porque ela quer viver, quer ter família, quer estudar, quer acesso a saúde, sair sem medo com as amigas e ser amada. Mais uma vez, o silêncio, dessa vez emocionado. Morgana mudou drasticamente de assunto, abriu o Youtube e quebrou o silêncio me perguntando se eu conhecia muitas artistas trans. Eu respondi que conheço um tanto significativo

14 <http://www.afroreggae.org/wp-content/uploads/2014/05/InfoReggae-Rio-Ed.-21-Evento-Alem-do-Arcolris.pdf> Acessado em 22/05/2019.

15 https://www.almapreta.com/editorias/realidade/segundo-dossie-82-das-pessoas-trans-assassinadas-no-brasil-sao-negras?fbclid=IwAR30r_6YbfAFtF4IJCMZ1BDgBAarBU_fWvr2GnjJd9uiTn6il78CWHBVaoM Acessado em 28/05/2019.

e que quase todas que eram da música estavam na minha playlist. Ela riu e respondeu dizendo que gostava da forma como eu era “normal” com pessoas trans. Fiquei pensando o que seria esse “normal” e perguntei para ela. Respondeu-me com uma risada e no bom pajubá que *eu sou uma racha que não faz a kátia com as travas*¹⁶. Depois de abrir e fechar vários vídeos de artistas trans, só pelo tempo de me dizer quem era e que tipo de arte fazia, parou no vídeo da Linn da Quebrada, disse que ela cantava uma das suas músicas favoritas, que é especificamente “Bixa Preta”. Falou-me um pouco a respeito da história de vida da artista e ouvimos a música. Foi um alívio para nós, ainda estávamos abaladas com as leituras que fizemos, mas ver aquela artista linda, ouvir aquela música que cantava resistência tirou o peso da dor e transformou em coragem.

Jaqueline Gomes de Jesus (2013), em artigo intitulado “Transfobia e crimes de ódio: Assassinatos de pessoas transgênero como genocídio”, com base no artigo II da Convenção das Nações Unidas¹⁷ define genocídio como qualquer ato cometido com a intenção de destruir total ou parcialmente um grupo. Demonstra que

[...] em virtude da sua expressividade numérica com relação a outros países; do seu enquadramento como crime de ódio, dada sua natureza de cunho discriminatório; da sua identificação com a maioria dos atos relacionados a genocídios; e com base em uma perspectiva teórica útil, o assassinato de pessoas transgênero no Brasil pode ser designado como um genocídio.” (JESUS, 2013, p. 118).

Essa caracterização dos assassinatos de travestis e de mulheres e homens transexuais no Brasil, no nível micro, como crimes de ódio, e no nível macro como parte de uma tentativa de genocídio dessa população, visa elucidar as consequências da violência estrutural contra as pessoas trans, para que se deixe de invisibilizar o que sofrem como se fosse apenas uma série de assassinatos isolados, e revelar seu mecanismo de intolerância generalizada, que encerra a ideia da impossibilidade de conviver com — esse outro, porque sua vivência de gênero é diferente da — nossa. (JESUS, 2013, p. 119).

Algumas considerações

Nas epistemologias sobre diversidades, gênero e sexualidades, é possível observar um fio condutor que as amarra como uma ciência social das identidades e corpos abjetos, motores das necropolíticas do Estado. O que se pode observar nos estudos sobre a violência contra a população negra, nos dados do feminicídio e do transfeminicídio (BENTO, 2016), dos povos indígenas, entre outras, é que o Estado aparece como um agente fundamental na distribuição diferencial de reconhecimento de humanidade (BENTO, 2018). Sueli Carneiro (2005) compreende a engrenagem dessa política de genocídio como dispositivo de racialidade, ferramenta pela qual procura demonstrar a existência no Brasil de um contrato racial que sela um acordo de exclusão e/ou subalternização dos negros, no qual o epistemicídio cumpre função estratégica em conexão com a tecnologia do biopoder. Berenice Bento, em seu artigo intitulado “Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação?” em análise análoga à de Sueli Carneiro, inaugura o uso do conceito de necropolítica como ferramenta de análise em questões de gênero. A partir do conceito de necrobiopoder, Berenice Bento (2018, p. 3) demonstra que “nos estudos sobre pessoas trans, travestis, população negra, mulheres, entre outras, o Estado aparece como agente fundamental que distribui de forma não igualitária o reconhecimento de humanidade”.

Nessa direção, parece ser que existe uma constante vigilância panóptica e estrutural por meio de diversas instituições nos contextos investigados. Ditas instituições são: a família (que replica a política social instaurada e consolidada historicamente), a religião de cunho não progressista (que

16 Fazer a Kátia em português significa ignorar, ser indiferente. E racha, significa mulher cisgênero.

17 Aprovada em 9 de dezembro de 1948 e em vigor desde 12 de janeiro de 1951.

condena as atitudes que escapem da sua inteligibilidade), a medicina (principalmente desde a psiquiatria), que empregam a ameaça da anormalidade, pecado e patologização para colocar e expor esse corpo sob suspeita e morte. É justamente uma espécie de rede simbólica que se ramifica por toda a sociedade e que se rege por regras de comportamento heterocispunitivas baseadas no interesse político, estético, econômico e religioso de um grupo hegemônico e historicamente dominante (CARAVACA-MORERA, 2018).

Achille Mbembe, ao articular colonialidade, racismo, violência de Estado e crítica ao capitalismo global, une as “pontas que pareciam dispersas” em diferentes autores ou correntes de pensamento. Tecendo a partir desses fios e incluindo diretamente a filósofa Judith Butler, Carla Rodrigues destaca “como nossa guerra à brasileira se articula com outras tantas guerras sem fim. Em nome de um certo povo, contra outro povo, a soberania se exerce por meio da precarização da vida, capaz de empurrar enormes contingentes de população da política para a guerra, de tal modo que não exista nenhum local de amparo na situação atual.

É possível visualizar que, ao cunhar o conceito de necropolítica, um dos intuitos fundamentais de Mbembe consiste em atualizar a crítica social foucaultiana para fenômenos da periferia do capitalismo, em especial aqueles que fazem referência a Biopolítica - construção e produção da vida e da subjetividade ajustadas à forma social capitalista - para Necropolítica, ou seja, uma política focada na produção da morte em larga escala, característica de um mundo em crise sistêmica. Na história brasileira do Estado, “dar a vida e dar a morte” não podem ser pensados separadamente. Quando eu digo dar a vida e dar a morte me distancio da posição de Foucault, segundo a qual o Estado moderno tem como fundamento “fazer viver, deixar morrer”. Ao mesmo tempo, me distancio também de Agamben (2013) porque nem todas as vidas são nuas. Algumas nascem para viver, outras se tornam vidas matáveis pelo Estado. O conto político “homo sacer” (Agamben, 2013) serve muito pouco para interpretarmos a necrobiopolítica brasileira (Bento, 2018, p. 4).

A palavra transfobia não expressa toda a carga de ódio e agressividade, seja por parte do Estado, seja por parte da sociedade, que pode ser direcionada às pessoas transexuais, travestis e transgêneras. É relevante questionarmos: em que medida este tipo de comportamento pode ser descrito como uma fobia? Em que medida a redução do ódio e agressividade à noção de fobia colabora para naturalizar/normalizar ações que poderiam ser no mínimo, interpretadas como criminosas? Ao problematizar a limitação etimológica do termo, chamo a atenção para a necessidade de uma ressignificação. Evidentemente o termo “homofobia” teve seu sentido ampliado ao longo de sua utilização e até os dias atuais. Este resultado faz emergir um questionamento acerca do termo “homofóbico” e suas interpretações, sobremaneira no imaginário popular: possivelmente uma visão do intolerante-agressivo como indivíduo patológico, desvinculado de preconceito e intolerância e, sim, vítima de seu próprio medo (DIAS; AMORIN, 2015).

Um quadro significativo de pensadores deixa evidente a necessidade de considerarmos as possibilidades de diversas significações que a palavra transfobia pode alcançar, assim como a de ressignificarmos o termo diante dessas múltiplas significações. Partindo desse raciocínio, para demarcar o exercício de deslocamento discursivo proposto, vou reescrever o termo denominador da violência difusa contra as pessoas negras transexuais, travestis para afronecrotransfobia.

Afronecrotransfobia, entendida como conjunto de técnicas e políticas de extermínio efetuadas pelo Estado, mas não só por ele, que parte de atributos que qualificam e distribuem os corpos com identidades trans em uma hierarquia que lhes retira a possibilidade de reconhecimento como humanos e que, portanto, devem ser eliminados. É nesse sentido que o pensamento de Butler (2009), referente aos corpos que importam e as vidas que são passíveis de luto, pode nos ajudar a refletir. Elas estão submetidas a relações de poder em uma situação de exposição que especifica e forçada dentro da pólis, mas em um lugar cujo reconhecimento é falho se assim podemos dizer. Que coloca esses por vezes no limite de humanamente reconhecido às suas margens, vulnerabilidade e precariedade produzidas pelo Estado, na perspectiva de Butler. Necropolítica como de gestão social, que expõe a morte alguns e não outros na perspectiva de Mbembe.

A Afronecrotransfobia é uma política de extermínio real e simbólico de pessoas negras de identidade trans e negras, políticas que afetam o viver e retiram a vida. Tira da família, da escola e dos espaços públicos de lazer, cultura e esporte, restringe as redes de afeto e apoio, tira do mercado

de trabalho, relegando a prostituição e subempregos. Tira a dignidade ao esvaziar a eficiência e eficácia das poucas e precárias políticas públicas direcionadas à população. Neste contexto, observo a partir de Goiás, mas visualizo que transborda à sua geografia, uma categoria nativa de “transfobia racista” como possível consequência do atravessamento interseccionado do racismo e da transfobia. Assim, a luta contra o racismo é também uma luta contra transfobia. Aqui, marco homenagem a todas as Dandaras, Marielles e tantas outras vítimas da afronecropolítica brasileira. Presente!

Referências

BENTO, Berenice. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação? **Cad. Pagu** [online], Campinas, n. 53, Junho, 2018. Disponibilidade em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n53/1809-4449-cpa-18094449201800530005.pdf> Acesso em: 11-Jun-2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARAVACA-MORERA, Jaime Alonso; PADILHA, Maria Itayra. Necropolítica trans: diálogos sobre dispositivos de poder, morte e invisibilização na contemporaneidade. **Texto contexto - Enfermagem**, Florianópolis, n. 2, v. 27, 2018.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese de doutorado. Faculdade de Educação. USP. 2005.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Revista Estudos Avançados**, n. 17, v. 49, 2003.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, [s. l.], v. 10, n. 1, p. 171–188, 2005.

DIAS, Luciana Oliveira; AMORIM, Mariana da Costa. Direitos Humanos e Homofobia: por um enfrentamento do medo e do ódio. **Revista de Estudos e Pesquisas das Américas**, n. 2, v. 9, 2015.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na Cultura Brasileira. In: SILVA, L. A. **Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos**. Brasília: ANPOCS, 1984.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, (5), 2009, pp. 7-41. Recuperado de <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>

JESUS, Jaqueline. Gomes. Transfobia e crimes de ódio: assassinatos de pessoas transgênero como genocídio. **História Agora**, v. 16, p. 101-123, 2014.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Trad. Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MBEMBE, Achille. **Políticas da Inimizade**. Trad. Marta Lança. Paris: Editora Antígona, 2017.

QUINTILIANO, Marta. **Redes afro-indigenoafetivas: uma autoetnografia sobre trajetórias, relações e tensões entre cotistas da pós-graduação *scripto sensu* e políticas de ações afirmativas na Universidade Federal de Goiás**. *Dissertação de mestrado. Programa de Antropologia Social, Universidade Federal de Goiás - UFG, 2019.*

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se Negro**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

OLIVEIRA, Megg Rayara. Por que você não me abraça? **SUR**, n. 28, v. 15, 2018.

OLIVEIRA, Megg Rayara. O que não tem nome não existe. Feminismo negro e o percurso histórico do conceito de interseccionalidade, In: DE OLIVEIRA, Ligia Ziggotti; DA CUNHA, Josafá Moreira; KIRCHHOFF, Rafael dos Santos (Org.). **Educação e interseccionalidades**. Curitiba: NEAB-UFPR, 2018.

OLIVEIRA, Megg Rayara. **O diabo em forma de gente: (R)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação**. Curitiba: Prismas, 2017.

PIEADADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo: Nós; 2017.

RATTS, Alex. **Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz do Nascimento**. São Paulo: IMESP, 2007.

RATTS, Alex; RIOS, Flavia. **Lélia Gonzalez**. São Paulo: Selo Negro, 2010. (Coleção Retratos do Brasil Negro).

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento/Justificando, 2017.

SANTOS, Silvio Matheus Alves. O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios. **PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP**, São Paulo, v.24.1, 2017, p.214-241.

MALDONADO-TORRES, Nelson. "Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto", In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramon (coords.) **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 07-17, jun. 2010. ISSN 2177-2770.

Recebido em 15 de outubro de 2019.

Aceito em 1º de novembro de 2019.